

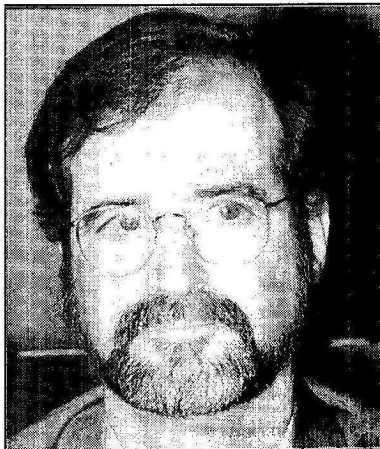
Pedidos de ARO aumentaram

CRESCIMENTO SE DEVE ÀS DESPESAS DE FIM DE ANO COM 13º SALÁRIO

Com o aumento das despesas no final do ano de Estados e municípios, provocado principalmente pelo pagamento do 13º salário, os pedidos de autorização ao Banco Central para operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) saltaram de R\$ 399,8 milhões, em outubro, para R\$ 478,5 milhões em novembro. Com as AROs, os governos estaduais e federal antecipam recursos da receita futura.

Ao contrário do mês anterior, quando os empréstimos ficaram concentrados nos bancos federais, em novembro aumentaram em mais de 100% os pedidos de ARO aos bancos estaduais. Contra o saldo de R\$ 63,1 milhões de outubro, no mês passado foram registrados pedidos no valor de R\$ 144,5 milhões. De acordo com a Lei do Colarinho Branco, os bancos estaduais não podem fazer operações de ARO para o seu próprio Estado.

Nas operações autorizadas pelos bancos federais houve um pe-



Eduardo Azeredo

queno declínio. Em outubro, o saldo ficou em R\$ 195,6 milhões, enquanto novembro fechou em R\$ 250,7 milhões. Os pedidos de ARO aos bancos privados também aumentaram, passando de R\$ 86 milhões para R\$ 138,2 milhões. Entre janeiro e novembro, os pedidos de ARO alcançaram R\$ 3,8 bilhões, um acréscimo de 155% sobre o valor apurado no

mesmo período de 1994.

Os Estados continuam liderando os pedidos, com um saldo de R\$ 2,25 bilhões. De acordo com os dados do BC, o maior aumento nas autorizações de ARO foi pedido pelo governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo. Juntos, Estado e municípios saíram de um saldo de R\$ 262,5 milhões, no mesmo período de 1994, para R\$ 1 bilhão este ano.

No caso de São Paulo, houve queda. Contra os R\$ 598,7 milhões de 1994, até o mês passado o total estava em R\$ 593,9 milhões. Essas autorizações ficaram concentradas, principalmente, nos municípios, já que, desde janeiro, o Estado não fez nenhuma solicitação de ARO. A dívida contratual (prazo superior a 12 meses) de Estados e municípios fechou novembro com o saldo de R\$ 1,4 bilhão, sendo a maior parcela do Distrito Federal, que não tem operações de ARO, mas deve R\$ 317,2 milhões no longo prazo.

Soraya de Alencar/AE